Conversações musicais, melódicas e harmónicas, nestas tonalidades.

Cantos corais a duas vozes e *cânones* apropriados à teoria ensinada a esta classe.

Prescrições didácticas

Conta-se, para a 5.^a classe, com um mínimo de vinte e cinco lições.

Ao explicar-se o artifício da *modulação* (fundado na substituição, por um tempo mais ou menos longo, da tónica pertencente à tonalidade principal ou efectiva por outra pertencente a um *tom relativo* ou *afim*), não se passe de meras elucidações rudimentares, sempre exemplificadas com um canto, um solfejo ou um *cânon*.

O estudo dos intervalos deve ser também um ensino prático e de elucidação.

Nada obsta a que, com a mesma intenção, se fale em inversões de intervalos e de acordes, sem tentar aprofundar estes estudos — o que seria invadir o âmbito de ensino dos Conservatórios ou de outras escolas superiores de música.

Ao dar-se o quadro comparativo completo dos valores musicais até a *semifusa*, explique-se que, no canto coral, raras vezes se passa da figura do $\frac{1}{16}$ (semicolcheia).

O objectivo é sempre o mesmo: o da elucidação.

Insista-se nas conversações musicais, nos ditados, etc., nas tonalidades ensinadas a esta classe.

Funde-se o modo de achar a tonalidade de um trecho, não na armadura da clave, que é igual para as tonalidades *effectivas* e para as *relativas*, mas na análise das notas em que se apoia e desenvolve a melodia. Em geral, a tonalidade de um trecho afirma-se desde os primeiros compassos, especialmente em trechos destinados a coros simples, melódicos, adaptados aos alunos dos liceus.

Teóricamente estes trechos devem apresentar unicamente fragmentos de escalas diatónicas e intervalos do fácil entoação.

Conclusão

Os alunos chegam ao fim da 5.^a classe a saber:

- a) Escrever, ditando-lhas, proposições rítmicas breves e fáceis nos diversos compassos;
- b) Ler à primeira vista (leitura a compasso) solfejos fáceis escritos nas claves de *sol* e de *fa* alternadamente, inclusive com o emprêgo de compassos compostos;
- c) Entoar os diversos intervalos;
- d) Conhecer os elementos da teoria musical, as escalas maiores e menores nas tonalidades mais comuns, os acordes principais das mesmas tonalidades.

Em resumo, entram na posse dos elementos fundamentais e indispensáveis a uma suficiente cultura musical, tornando-se obreiros conscientes do ressurgimento do canto em coros, de tam acentuado alcance moral e social.

Paços do Governo da República, 13 de Abril de 1932.—O Ministro da Instrução Pública, *Gustavo Cordeiro Ramos*.

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São autorizadas, no orçamento do Ministério da Instrução Pública para o ano económico de 1931-1932, as transferências de verba seguintes:

CAPÍTULO 5.º

Direcção Geral do Ensino Técnico

Instrução industrial e comercial

Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras

Do artigo 652.º — Despesas de conservação e aproveitamento do material:

1) De imóveis	1.000\$00
2) De móveis	800\$00
	<hr/>
	1.800\$00

Para o artigo 656.º — Diversos serviços:

3) Abonos para pagamento de serviços não especificados	1.800\$00
--	-----------

Escolas industriais, comerciais e industriais comerciais

Escola Industrial e Comercial de Bartolomeu dos Mártires — Braga

Do artigo 701.º — Despesas de higiene, saúde e conforto:

1) Luz, aquecimento, água, lavagem, limpeza e outras despesas.	60\$00
--	--------

Para o artigo 702.º — Despesas de comunicações:

2) Telefones	60\$00
------------------------	--------

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêlo se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 22 de Abril de 1932.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *Mário Pais de Sousa* — *José de Almeida Eusébio* — *António de Oliveira Salazar* — *António Lopes Mateus* — *Lutz António de Magalhães Correia* — *Fernando Augusto Branco* — *João Antunes Guimarães* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima*.

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 21:151

Tornando-se necessário promover diversas transferências de verbas no orçamento do Ministério da Instrução Pública para o ano económico de 1931-1932;

Decreto n.º 21:152

Tornando-se necessário promover diversas transferências de verbas no orçamento do Ministério da Instrução Pública para o ano económico de 1931-1932;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto